

A PRESERVAÇÃO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: INTEGRAÇÕES, INTERSEÇÕES E PARTICULARIDADES DISCIPLINARES

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES*

BRUNO FERREIRA LEITE MIRANDA MARTINS**

MARIA LUÍSA RAMOS DE OLIVEIRA SOARES***

INTRODUÇÃO

As relações entre arquivos, bibliotecas e museus são milenares, assim como aquelas entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são seculares (Silva et al. 1999), conforme a institucionalização dessas disciplinas e as práticas dos diversos profissionais que atuam nas instituições. Processos comuns em torno da organização, gestão, recuperação, preservação e promoção do acesso a documentos e informações perpassam os seus fazeres e saberes, expressando interseções, integrações e particularidades.

Este trabalho decorre de discussões realizadas numa tese de doutorado, produzida e orientada pelos mesmos autores deste texto¹. Tem por objetivo analisar possibilidades de soluções metodológicas e conceituais comuns, bem como analisar as especificidades disciplinares das três disciplinas para estudos e práticas no âmbito da preservação. Para tanto, foi desenvolvido numa abordagem teórico-metodológica quanti-qualitativa, mediante uma pesquisa exploratória e descritiva, via revisão de literatura. Tem como objeto parte da literatura produzida no campo da preservação, especialmente algumas obras de referência sobre conservação preventiva e gestão de riscos, a saber: Michalski (2004), Castro (2008), Froner e Rosado (2008), Hollós e Pedersoli Júnior (2009), Pedersoli Júnior (2010), Ribeiro (2012), Tavares (2013), Zúñiga (2005) e Bojanoski (2018).

Compreendemos a preservação como um campo científico a partir de Bourdieu (2004), no qual se inserem e interagem algumas disciplinas científicas, como as supracitadas,

* Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4642-5912>; Email: angelicacunha@unb.br.

** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5678-0024>; Email: bruno.leite@unirio.br.

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3456-7710>; Email: kukasoares36@gmail.com.

¹ Referimo-nos à tese intitulada *O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação* (Leite 2021).

mas não exclusivamente. E é a partir desta perspectiva que observaremos as relações de integração, interseção e as suas respectivas particularidades disciplinares para com a preservação em arquivos, bibliotecas e museus.

Partimos da premissa fundamentada a partir da tese supracitada de que a conservação preventiva e a gestão de riscos abarcam conteúdos fundamentais para a formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, ao direcionarem os saberes e os fazeres dos estudantes para perspectivas preventivas, gerenciais, holísticas e metodologicamente eficazes.

1. CONFLUÊNCIAS E PARTICULARIDADES ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Podemos identificar determinadas características que aproximam, e outras que diferenciam as três disciplinas aqui estudadas. Para isso, temos que considerar, principalmente, suas respectivas histórias de sedimentação enquanto disciplinas; seus percursos e (re)construções epistemológicas. É importante, também, ressaltar que tais processos de (re)configuração apresentam-se contínua e não linearmente, entre avanços e recuos históricos, que promovem a manutenção e a transformação de fazeres e saberes.

Acerca das confluências teóricas e práticas entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, devemos considerar as raízes históricas, de acordo com as práticas direcionadas à preservação, à classificação e ao acesso a bens culturais materiais móveis, assim como a apropriação e os diversos usos de noções e conceitos transversais às disciplinas, tais como «memória», «informação», «documento» e «preservação».

Simultaneamente, podemos identificar algumas características que as particularizam, como as razões de produção e preservação de documentos por cada uma dessas disciplinas, conforme o trabalho técnico para com seus respectivos acervos (arquivísticos, bibliográficos e museológicos), orientado por metodologias específicas (Belloto 2004).

Acrescentando mais uma variável conceitual à nossa análise, usamos o termo relações extradisciplinares, trabalhado por Marques (2007) em sua dissertação, com o objetivo de representar as formas de relações que a Arquivologia desenvolve com outras disciplinas, chamando tais relações de extradisciplinares. Tal perspectiva contempla as características destas relações e como elas proporcionam intercâmbios e influências na configuração disciplinar. Ao observar especificamente as relações da Arquivologia, a autora considerou três aspectos inerentes às suas relações extradisciplinares: os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação nas universidades; a formação e titulação dos docentes dos cursos; e a produção científica sobre arquivos e Arquivologia nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros.

A autora, ao analisar a história da Arquivologia e suas relações extradisciplinares, conclui que o produto de tais combinações, considerando e correlacionando os aspectos supracitados, permitem a compreensão da configuração atual da disciplina no Brasil, possibilitando entender o que pode ser chamado de Arquivologia e quais são suas repercussões: «essas três perspectivas de relações parecem se entrecruzar e delinear a configuração do campo científico da Arquivística no Brasil, conjugando tanto a sua autonomia como disciplina, como as suas relações extradisciplinares» (Marques 2007, p. 142).

Com a contribuição da autora, podemos compreender como as relações extradisciplinares influenciam o delineamento e a conformação das disciplinas, suas fronteiras teórico-epistemológicas a partir de interfaces com conhecimentos produzidos em outras áreas, que perpassam e, por vezes, condicionam as suas relações, por meio de conflitos, alianças e negociações (Bourdieu 2001).

Tais contatos extradisciplinares nos permitem mapear algumas confluências entre diferentes disciplinas e o estabelecimento dos seus limites. Por isso, considerar seus percursos históricos, suas raízes e elaborações epistemológicas são de imprescindível relevância, segundo a «arqueologia dos saberes» proposta por Foucault (2005): os conhecimentos se sedimentam como camadas arqueológicas ao longo do tempo e são articulados no «campo dos acontecimentos discursivos» conforme as relações de poder que o perpassam, definem e condicionam.

As características comuns que aproximam as três instituições — arquivos, bibliotecas e museus (Bellotto 2004) — e, por consequência, as três disciplinas aqui estudadas (Silva et al. 1999) evidenciam as suas relações de cooperação, a exemplo da preservação de documentos. Tais características possibilitam interações com vistas à solução de problemas comuns na preservação de seus acervos, resguardadas as suas particularidades disciplinares de apropriação e aplicabilidade da preservação, de acordo com as suas metodologias próprias.

No âmbito das três disciplinas analisadas, observamos que suas relações são majoritariamente apresentadas por seus próprios autores como interdisciplinares²: relações que permitem negociações, diálogos e trocas para a solução de problemas comuns, mas as mantendo particularizadas enquanto disciplinas. Como mencionamos, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia possuem, em suas respectivas histórias, muitas características que as aproximam e promoveram encontros práticos e teóricos.

No Brasil, por exemplo, os primeiros cursos de formação profissional nessas áreas foram influenciados especialmente por escolas francesas, especificamente pela École Nationale des Chartes e pela École du Louvre.

² Entendemos que as relações entre disciplinas possuem graus diversos de interação conforme a sua intensidade e não devem ser restringidas à interdisciplinaridade, quando levados em conta os estudos da Sociologia da Ciência (Marques 2007).

a École Nationale des Chartes, atualmente com um curso de quatro anos de duração, continua expedindo diploma de arquivista-paleógrafo e vários de seus egressos — os chartistes, como ainda são chamados seus alunos e ex-alunos — fizeram e fazem carreira como conservadores de patrimônio, atuando não somente em arquivos e bibliotecas, mas também em museus importantes da França. Seu currículo lançou as bases da formação científica e influenciou muitos outros cursos afins, na França, na Europa e em todo o mundo. A disciplina classificação de arquivos e bibliotecas (depois classificação de bibliotecas e arquivos) pode ser considerada uma espécie de ponto de partida para os estudos classificatórios não somente de arquivos e bibliotecas, mas também de museus, na medida em que as metodologias técnicas de identificação, classificação e organização de livros e documentos possibilitaram estabelecer parâmetros aplicáveis também aos objetos, como moedas, medalhas, selos sigilográficos, esculturas, pinturas etc. Em síntese, a École Nationale des Chartes foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalham com coleções, não somente dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, como é normalmente reconhecido, mas também para os cursos de arqueologia, história da arte e Museologia, inclusive os da École du Louvre (Sá 2013, p. 37).

Sobre este assunto, na Tabela 1, podemos perceber como disciplinas da École Nationale des Chartes e da École du Louvre influenciaram os primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil, considerando, especialmente, a experiência de 1922 do curso técnico do Museu Histórico Nacional (MHN³).

³ Na Tabela 1, priorizamos a exposição das disciplinas que compõem os cursos no Brasil, ou seja, há disciplinas dos cursos franceses que não foram consideradas, pois não havia disciplina correspondente nos cursos do Brasil.

Tabela 1. Influência da École Nationale des Chartes e da École du Louvre nos primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil

Cursos	École Nationale des Chartes (1869)	Arqueologia École du Louvre (1882)	História da Arte École du Louvre (1920)	Museografia École du Louvre (1927)	Biblioteconomia Biblioteca Nacional (1911)	Diplomática Arquivo Nacional (1911)	Curso técnico MHN (1922)	Curso de museus – MHN (1932)
Disciplinas	-	-	-	-	Numismática	-	Numismática e Sigilografia	Numismática (brasileira) e Sigilografia / Numismática (Parte Geral)
	Paleografia	Epigrafia	-	-	Paleografia	Paleografia	Paleografia e Epigrafia	Epigrafia
	Diplomática	-	-	-	Diplomática	Cronologia e a Crítica Histórica / Tecnologia Diplomática	Cronologia e Diplomática	Cronologia
	Arqueologia da Idade Média	Arqueologia	-	-	-	-	Arqueologia	Arqueologia Aplicada no Brasil
	Bibliografia	-	-	-	Bibliografia	-	Bibliografia	-
	-	-	-	-	Iconografia	-	Iconografia e Cartografia	-
	Classificação de Bibliotecas e Arquivos	-	-	Museografia	-	Regras de Classificação	-	Técnica de Museus
	Instituições Políticas, Administrativas e Jurídicas da França	-	-	-	-	-	Cronologia e a Crítica Histórica	História Política e Administrativa do Brasil
-	História da Arte	História da Arte	-	-	-	-	História da Arte / História Literária	História da Arte (especialmente do Brasil)

Fonte: Reprodução adaptada do «quadro comparativo entre as matrizes francesas e os currículos dos cursos brasileiros» (Sá 2013)

Observamos várias disciplinas comuns aos primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil, bem como disciplinas de escolas francesas que influenciaram nossa formação nesse período. Há, também, algumas particularidades, como as disciplinas Arqueologia e Bibliografia, contempladas apenas nos cursos brasileiros de Museologia e Biblioteconomia, respectivamente. Tais características detalham e reforçam as afirmações anteriores, a respeito das confluências e especificidades destas áreas, inclusive desde suas primeiras experiências no Brasil.

As aproximações verificadas nos primeiros anos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia no país também remetem à justaposição entre elas, suas práticas e seus profissionais como pode ser constatado nas palavras de Sá (2013, p. 57): «ambiguidade, imprecisão ou mesmo sobreposição de atribuições entre os profissionais que atuavam em arquivos, bibliotecas e museus». Importante lembrar que justaposição mencionada aconteceu desde a Antiguidade, quando da sobreposição das funções dos arquivos, das bibliotecas e dos museus (Marques 2011). E, em vários marcos históricos, as referidas confluências ficaram mais evidentes, como no cenário da Revolução Francesa, que repercutiu na concepção de Arquivo, Biblioteca e Museu Nacionais na afirmação de uma nacionalidade e de proteção de um patrimônio nacional (Sá 2013).

Sabemos, contudo, que simultânea e paulatinamente, cada disciplina passou a focalizar em estudos sobre seus respectivos objetos, o que as particularizou enquanto disciplinas, provocando, também, alguns distanciamentos entre elas, inclusive pela demarcação de fronteiras entre elas. Estes movimentos levaram à institucionalização de cada uma delas, com cursos, eventos, periódicos, manuais, metodologias e técnicas próprias (Marques 2011).

Em suma, identificamos interações entre as disciplinas que estudamos, considerando suas predisposições e respeitando as suas particularidades disciplinares, que podem ser estudadas em pesquisas de especialistas de cada uma delas.

2. A PRESERVAÇÃO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Nesta seção buscamos demonstrar alguns conhecimentos comuns e relevantes para a preservação de arquivos, bibliotecas e museus, considerando, como já exposto, suas respectivas particularidades disciplinares, ou seja, suas formas de apropriação dos conteúdos teóricos e metodológicos. Nesse sentido, abordaremos a conservação preventiva, a preservação de documentos digitais e a gestão de riscos como conhecimentos necessários a arquivistas, bibliotecários e museólogos para a preservação de seus respectivos acervos na contemporaneidade.

Para Bojanoski (2018), ainda que sejam identificadas raízes distantes no tempo de práticas de conservação preventiva, é possível identificar o início de sua sedimentação como uma disciplina autônoma nos anos 1980. Nesse período, segundo ela, as preocupações

associadas ao controle da climatização, principalmente em instituições museológicas, passaram a agregar outras questões, paulatinamente relacionadas à conservação preventiva, sedimentando-a como uma disciplina independente no campo da preservação e aplicável a todos os tipos de bens culturais materiais.

De acordo com Zúñiga (2005), a década de 1990 representa um marco para a mudança de mentalidade no campo da preservação, a partir do estabelecimento da conservação preventiva. Múltiplas causas contribuíram para essa mudança, provocando reflexões em direção à ênfase em abordagens preventivas a fim de evitar a necessidade de práticas interventivas.

Com seu estabelecimento enquanto disciplina e âmbito de atuação, cresce a transversalidade da conservação preventiva e suas formas de aplicação em diversos tipos de patrimônios. Ainda em 1995, o International Council of Museums (ICOM) divulga o texto «A conservação preventiva: uma profunda mudança de mentalidade», de Gaël de Guichen. Para Castro (2008), essa publicação é considerada um referencial para a consolidação de uma nova mentalidade preservacionista.

Bojanoski (2018) afirma que, no início do século XXI, tornou-se mais comum a aplicação da conservação preventiva para além dos espaços museológicos, sendo apropriada por uma extensa variedade de locais, acervos e profissionais. A autora destaca a importância da conservação preventiva ao dizer que «seus avanços são tantos que atualmente é indiscutível que se trata de um campo de conhecimento específico e autônomo dentro da Conservação de bens culturais» (Bojanoski 2018, p. 83).

Froner e Rosado (2008) ressaltam que, hoje, a conservação preventiva promoveu significativa e profunda mudança de mentalidade no campo da preservação: não basta resgatar, investigar, expor e até mesmo restaurar sem que haja uma política preventiva anterior a essas operações. Assim, o investimento em conservação preventiva não se resume à aplicação de conhecimentos técnicos, passou a ser um compromisso ético das instituições.

Cabe lembrar que, quando abordamos a preservação a partir de uma perspectiva holística, não podemos tratar apenas sobre documentos analógicos, desconsiderando os digitais (ou vice-versa). Ambos podem ser identificados como bens culturais materiais móveis e serem alvo de estratégias de preservação.

Nessa perspectiva, Tavares (2013) apresenta uma simples e eficiente analogia que nos possibilita ter um olhar integrador e amplo sobre o campo da preservação ao considerarmos a preservação digital como sua integrante. Para ela, preservar significa conceber ações ou medidas para proteger, cuidar e manter os documentos em condições de serem acessados. Desse modo, a preservação digital representa os mesmos fins da preservação «tradicional» acrescida das particularidades dos documentos digitais (Tavares 2013, p. 3). Pode, assim, ser identificada como análoga à preservação, considerando as particularidades

dos documentos e objetos digitais para a manutenção de sua inteligibilidade, integridade e autenticidade ao longo do tempo.

Nesse sentido, Ribeiro (2012) ressalta que lidar com a preservação digital demanda o constante controle de riscos e atuação política. A autora busca, por meio de seu estudo, desenvolver métodos de monitoramento e uso da análise de riscos com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos contextos de perigo que envolvem o patrimônio registrado em meios digitais.

Com preocupações similares, Barateiro, Antunes e Borbinha (2009) propõem uma abordagem para a preservação digital, baseada na gestão de riscos para conceber e avaliar/auditar ambientes de preservação digital (repositórios digitais, por exemplo). Tratam das definições de contexto e requisitos para a preservação digital e sobre a identificação de ameaças e vulnerabilidades a que os objetos e documentos digitais podem estar expostos. E apresentam uma relação e classificação de vulnerabilidades e ameaças possíveis, que compreendem:

- **Vulnerabilidades:** dados (falhas de mídia e obsolescência de mídia); infraestrutura (falhas de *hardware*, falhas de comunicação, obsolescência de *hardware* e falhas de serviço de rede); processo (falhas de *software* e obsolescência de *software*).
- **Ameaças:** desastres (naturais e erro operacional humano); ataques (internos e externos); gestão (falhas de organização e econômicas); legislação.

Para esses estudiosos, a preservação digital geralmente faz uso dos conceitos de gerenciamento de riscos para avaliar repositórios e não necessariamente para concebê-los. A auditoria de repositórios digitais baseadas na avaliação de riscos se concentra na identificação, classificação e avaliação dos riscos de acordo com as especificidades contextuais de cada repositório digital (Barateiro, Antunes e Borbinha 2009).

A gestão de riscos pode ser genericamente compreendida como uma metodologia com a finalidade de fornecer suporte à proteção dos recursos humanos, financeiros e materiais frente a consequências negativas de eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de uma organização (Tavares 2013).

De acordo com Pedersoli Júnior (2010), essa metodologia, da forma que é praticada atualmente, tem suas origens nos anos 1960. Inicialmente associada à indústria seguradora, a gestão de riscos é hoje apropriada e utilizada por instituições e empresas privadas de setores da saúde, do meio ambiente, de negócios etc. Ela foi apropriada para a preservação do patrimônio cultural móvel em meados dos anos 1990 e vem despertando um interesse crescente por parte de instituições e profissionais do campo da preservação, pois representa uma contribuição adicional às estratégias de segurança e conservação preventiva, permitindo o estabelecimento de prioridades para ações preventivas, de forma embasada e transparente.

Hollós e Pedersoli Júnior (2009) demonstram a viabilidade e a importância da apropriação da gestão de riscos como metodologia científica para a preservação de documentos. Segundo eles, a formulação de um programa eficaz de preservação pressupõe o conhecimento detalhado sobre o acervo sob guarda de uma determinada organização, seu(s) valor(es), uso(s) e os riscos de deterioração a que o acervo está sujeito. Nesse sentido, a metodologia de gestão de riscos vem sendo adaptada e utilizada para a seleção de prioridades de ação no trabalho de gestão da preservação de acervos. Os autores destacam a relevância da norma técnica australiana e neozelandesa sobre gestão de riscos — a AS/NZS 4360:2004 — como precursora da norma ISO 31000:2009, atualmente substituída pela ISO 31000:2018 (ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas 2018, p. v).

Eles ainda explicam de forma clara e resumida como entendem o processo de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural, ao apresentarem as etapas do processo em perspectiva sequencial:

- 1) **estabelecer o contexto** em que os riscos serão gerenciados (*explicitar os objetivos da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá, os critérios para avaliação de riscos*);
- 2) **identificar os riscos** de forma sistemática e abrangente;
- 3) **analisar os riscos** para quantificar sua magnitude (*ou seja, sua probabilidade de ocorrência e o impacto esperado*);
- 4) **avaliar os riscos** para decidir quais deles serão tratados e com que prioridade (*comparando suas magnitudes e incertezas entre si e com critérios previamente estabelecidos, identificando causas e aspectos em comum e considerando-os detalhadamente dentro de seu contexto*);
- 5) **tratar os riscos** identificados como prioridade para reduzi-los a níveis aceitáveis, segundo planejamento desenvolvido para tal e baseado no estudo sistemático e seleção de opções de tratamento (*em termos de benefício-custo, redução simultânea de riscos múltiplos etc.*) (Hollós e Pedersoli Júnior 2009, p. 77, grifos dos autores).

Como eles mesmos ressaltam, para representar o processo de forma completa, não podemos nos esquecer das etapas contínuas e necessárias que são a consulta e comunicação com todos os atores e as partes interessadas, além do monitoramento e da revisão do próprio processo (Hollós e Pedersoli Júnior 2009).

Michalski (2004) chama a atenção para a utilidade da gestão de riscos como uma metodologia que visa ao longo prazo: ela não deve tratar sobre o(s) próximo(s) ano(s), nem mesmo sobre o tempo de uma vida. É sobre a vida de nossos filhos, de seus filhos, e assim por diante. Afinal, como lembra Ribeiro (2012), riscos sempre estiveram, estão e estarão presentes em toda e qualquer atividade humana. A consciência disso nos levou à procura por medidas para administrar os riscos com o objetivo de reduzir sua frequência e de mitigar a severidade dos danos causados por eles.

É a partir do que apresentamos até aqui que podemos fundamentar a relevância e capilaridade da metodologia de gestão de riscos para a atuação no campo da preservação, direcionando o ensino e as práticas dos profissionais que interagem no campo para uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz.

3. INTEGRAÇÕES, INTERSEÇÕES E PARTICULARIDADES DISCIPLINARES NO ÂMBITO DO ENSINO DA PRESERVAÇÃO

Com a finalidade de apresentar uma proposta de reflexão sobre conhecimentos necessários à preservação de arquivos, bibliotecas e museus, buscamos por conteúdos comuns, que entendemos relevantes à formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, levando-se em conta suas particularidades disciplinares. Com base em nossa pesquisa bibliográfica, propomos que o ensino de preservação nos cursos brasileiros de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia considerem que:

- A conservação preventiva e a preservação digital devam ser conteúdos contemplados no ensino de Arquivologia e Biblioteconomia (Beck 2006, pp. 90-91), assim como no de Museologia.
- Sejam atualizados com as diretrizes nacionais e internacionais que focalizam a prevenção e o planejamento da preservação (incluindo aquelas sobre ações responsáveis: corretivas e de restauração/recuperação).
- Mantenham contato, para cooperação no ensino, com organizações públicas, privadas e com profissionais que atuam no campo da preservação.
- Levem em conta a importância do foco na administração da preservação, alinhando seus conteúdos a uma perspectiva holística, gerencial e preventiva, a partir da conservação preventiva aliada à gestão de riscos.
- Considerem a aplicabilidade do ensino de preservação em organizações públicas, privadas e no âmbito pessoal, inclusive como meio de reconhecimento e valorização do campo.

- Planejem e definam como cada disciplina se apropriará dos conteúdos essenciais para estudos e práticas da preservação, a partir das suas especificidades disciplinares.

Essas orientações podem potencializar a cooperação entre as referidas disciplinas, seus profissionais, seus fazeres e saberes, em prol da longevidade dos acervos pelos quais sejam responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os limites de identidade e as fronteiras que demarcam as interfaces entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia — bem como entre os seus objetos de estudo e seus profissionais — vêm sendo construídos desde a Antiguidade e chegam, à contemporaneidade, com inúmeros desafios, particularmente sobre a preservação de documentos em suas diversas dimensões. Suas trajetórias evidenciam problemas e soluções comuns diante desses desafios, favorecidas por suas interseções teórico-epistemológicas que propiciam integrações conceituais e metodológicas em diálogos que (re)formulam estratégias nesse sentido.

Desse modo, a gestão de riscos vem sendo estudada e aplicada, no âmbito da conservação preventiva, em diversas instituições como uma primorosa e profícua estratégia de preservação a longo prazo, tendo em vista a longevidade e a integridade dos documentos. Essa metodologia deve, assim, ser contemplada no ensino e nas práticas de preservação para as disciplinas supracitadas, no escopo de uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz, a ser explorada em novas pesquisas que aprofundem a investigação a seu respeito.

REFERÊNCIAS

- ABNT [ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS], 2018. *NBR ISO 31000: gestão de riscos: diretrizes*. Rio de Janeiro.
- BARATEIRO, J., G. ANTUNES, e J. BORBINHA, 2009. *Adressing digital preservation: proposals for new perspectives* [Em linha]. Searcy: Harding University, [consult. 2020-04-02]. Disponível em: <http://cs.harding.edu/indp/papers/barateiro7.pdf>.
- BECK, I., 2006. *O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense.
- BELLOTTO, H. L., 2004. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: FGV.
- BOJANOSKI, S. de F., 2018. *Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação*. Tese de Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.
- BOURDIEU, P., 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.

- BOURDIEU, P., 2001. *Science de la science et réflexivité : Cours du Collège de France 2000-2001*. Paris: Raisons d'agir.
- CASTRO, A. A. N. de, 2008. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- FOUCAULT, M., 2005. *A arqueologia do saber*. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves.
- FRONER, Y., e A. ROSADO, 2008. *Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR, EBA, UFMG.
- HOLLÓS, A. C., e J. L. PEDERSOLI JÚNIOR, 2009. Gerenciamento de risco: uma abordagem interdisciplinar. *PontodeAcesso*. 3(1), 72-81.
- LEITE, B. F., 2021. *O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação* [Em linha]. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [consult. 2022-09-27]. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1162>.
- MARQUES, A. A. da C., 2011. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília.
- MARQUES, A. A. da C., 2007. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília.
- MICHALSKI, S., 2004. Care and preservation of collections. Em: P. BOYLAN, ed. *Running a museum: a practical handbook* [Em linha]. Paris: ICOM, pp. 51-89, [consult. 2020-12-14]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001410/141067e.pdf>.
- PEDERSOLI JÚNIOR, J. L., 2010. Entrevista com José Luiz Pedersoli. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Jul.-dez. 23(2), 7-12.
- RIBEIRO, F. do C., 2012. *Análise de risco: uma metodologia a serviço da preservação digital*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco.
- SÁ, I. C. de, 2013. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Jul.-dez. 26(2), 31-58.
- SILVA, A. M. da, et al., 1999. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento.
- TAVARES, A. L. de L., 2013. Gestão de risco: um novo olhar para a preservação digital. Em: *14º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Anais. Florianópolis: UFSC.
- ZÚÑIGA, S. S. G. de, 2005. *Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

